

NARRATIVAS E MEMÓRIAS DO CAMPO: ANÁLISE DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

BILROS v. 13, n. 27, ago – dez, 2025

Mariany Santos Macedo

Universidade Estadual de Feira de Santana. Estudante do curso de Bacharelado em Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista do projeto de extensão Narrativas e Representações. Membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Processos Educativos. E-mail: maryysantos2004msm@gmail.com

Gabriela Barbosa Souza Xavier

Universidade Estadual de Feira de Santana; Departamento de Ciências Humanas e Filosofia; Área de Metodologia do Trabalho Científico. Professora Doutora do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Coordenadora do grupo de pesquisa Desenvolvimento Humano e Processos Educativos (DEHPE) e professora orientadora do projeto de extensão Narrativas e Representações. E-mail: gabrielabsxavier@outlook.com

**NARRATIVAS E MEMÓRIAS DO CAMPO: ANÁLISE DE UMA AÇÃO
EXTENSIONISTA**

**NARRATIVES AND MEMORIES OF RURAL AREAS: ANALYSIS OF AN
EXTENSION ACTION**

Mariany Santos Macedo
Gabriela Barbosa Souza Xavier

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar e analisar as atividades desenvolvidas por meio do plano de extensão “Narrando as lutas e a resiliência das famílias sertanejas do Território da Bacia do Jacuípe”, vinculado ao Projeto de Extensão Narrativas e Representações, da Universidade Estadual de Feira de Santana. O objetivo do referido plano é registrar as narrativas de comunidades do semiárido baiano, evidenciando suas experiências laborais, estratégias de enfrentamento às secas e resistência cultural. Fundamenta-se em autores como Brandão (2006) e Paulo Freire (1982 e 1983), que orientam a pesquisa participante, destacando a importância do diálogo e da memória coletiva. A metodologia adotada inclui rodas de conversa e entrevistas com famílias camponesas, com registro audiovisual das narrativas. Os resultados demonstram a relevância das experiências narradas para a memória comunitária, a valorização das práticas locais e a denúncia das insuficiências das políticas públicas. Evidencia-se o protagonismo das comunidades na construção de estratégias de sobrevivência e resiliência frente aos desafios do semiárido baiano.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Narrativas. Memória. Campo.

ABSTRACT

The present article aims to present and analyze the activities developed through the extension plan “Narrating the Struggles and Resilience of Sertanejo Families in the Jacuípe Basin Territory”, linked to the Extension Project Narratives and Representations of the State University of Feira de Santana. The purpose of this plan is to record the narratives of communities in the semi-arid region of Bahia, highlighting their work experiences, strategies for coping with droughts, and cultural resistance. It is based on authors such as Brandão (2006) and Paulo Freire (1982 and 1983), who guide participatory research, emphasizing the importance of dialogue and collective memory. The methodology adopted includes conversation circles and interviews with peasant families, with audiovisual recording of the narratives. The results demonstrate the relevance of the narrated experiences for community memory, the appreciation of local practices, and the denunciation of the shortcomings of public policies. The protagonism of the communities in building survival and resilience strategies in the face of the challenges of the Bahian semi-arid region is evidenced.

KEY WORDS: University Extension. Narratives. Memory. Rural Areas.

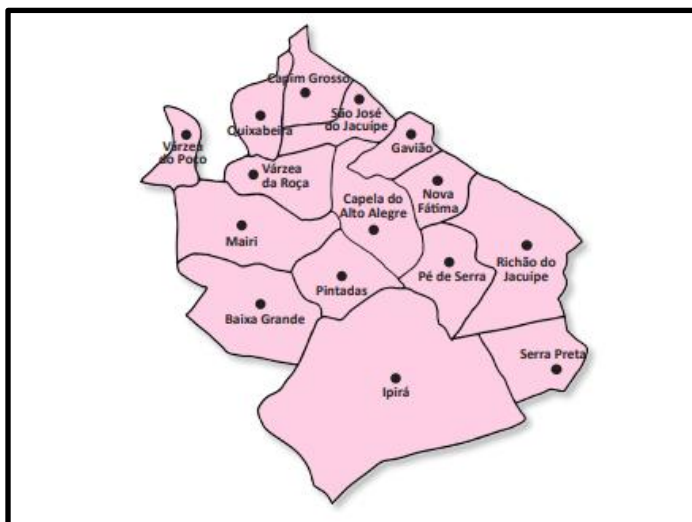
INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva apresentar e analisar as práticas de extensão desenvolvidas por meio do plano de trabalho intitulado “Narrando as lutas e a resiliência das famílias sertanejas do Território da Bacia do Jacuípe”, vinculado ao Projeto de Extensão Narrativas e Representações, da Universidade Estadual de Feira de Santana. O referido projeto extensionista visa contribuir com o fortalecimento da relação universidade-comunidade, por meio do registro de narrativas de comunidades do semiárido baiano. Os materiais paradidáticos produzidos com as narrativas são utilizados para o desenvolvimento de ações em espaços formais e não-formais de educação, promovendo a troca de saberes e a reflexão sobre as experiências das famílias do semiárido.

Em se tratando do plano de trabalho, objetiva-se registrar as narrativas de camponeses do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, no semiárido baiano, evidenciando suas experiências laborais, estratégias de enfrentamento às secas e resistência cultural.

O Território de Identidade da Bacia do Jacuípe contempla quinze municípios, conforme apresentado no mapa (Figura 1): Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

Figura 1 - Mapa do Território de Identidade Bacia do Jacuípe



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (2025).

Todos esses municípios, mesmo com suas peculiaridades, carregam marcas em comum: o clima semiárido, a predominância do bioma caatinga, os festejos juninos e religiosos, a cultura interiorana do nordeste brasileiro e as práticas laborais, como o desenvolvimento da agricultura familiar e a produção de gado leiteiro. Tais práticas sustentam a economia e o desenvolvimento dos municípios da região e são extremamente afetadas pelas secas que assolam o território de forma cotidiana.

Por meio da realização de rodas de conversas e entrevistas, foram registradas em formato audiovisual as narrativas de agricultores de municípios do território. Ao buscar compreender a vivência diária dessas pessoas com o semiárido, por meio de uma escuta cuidadosa e respeitosa, o projeto possibilita a participação ativa dos colaboradores, rompendo com a concepção de extensão universitária de caráter assistencialista.

A extensão universitária, quando analisada a partir da perspectiva crítica de Paulo Freire, deve ultrapassar a lógica tradicional de “transmissão de saberes” e consolidar-se como prática dialógica e transformadora. No livro *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1982), o autor critica a concepção de extensão que se limita à mera transferência de conhecimento do sujeito que “sabe” para aquele que “não sabe”. Essa prática tende a reproduzir relações colonizadoras e caracteriza a intervenção como uma forma de invasão cultural. Para Freire, o processo educativo deve ser construído em comunhão, de modo que educador e educando se tornem coautores da aprendizagem, partindo da realidade concreta para promover a transformação crítica do mundo.

Conforme enfatizado por Freire (1982), a extensão não deve ser compreendida como um processo hierárquico, no qual apenas a academia detém o conhecimento. Ele questiona essa lógica vertical e propõe uma abordagem dialógica. Nessa perspectiva, a extensão vai além da simples transmissão de saberes acadêmicos às comunidades, promovendo uma interação em que todos contribuem com seus conhecimentos e experiências. Logo, a prática extensionista assume um caráter colaborativo, sustentado pela troca mútua de saberes, substituindo a imposição pelo aprendizado coletivo.

No âmbito dessa concepção, Freire (1982) aprofunda a crítica à concepção tradicional de extensão, ressaltando que, ao não considerar que todos detêm saberes, ela tende a reforçar relações hierárquicas de poder e a imposição epistemológica. Em contrapartida, o autor reafirma a necessidade de uma prática de caráter dialógico, na qual a interação entre universidade e comunidade seja orientada pela escuta e pelo reconhecimento recíproco de saberes. Nesse

sentido, o projeto **Narrativas e Representações** exemplifica a aplicação desses princípios, especialmente nas rodas de conversa e entrevistas, nas quais agricultores e agricultoras compartilham suas memórias e práticas de resistência. Ao valorizar a oralidade como recurso metodológico, essas ações produzem um conhecimento construído coletivamente, respeitando os sujeitos em sua integralidade e reconhecendo suas práticas como fonte legítima de saber.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta do projeto, que se desdobra para além dos limites institucionais da universidade. Colocando-se à disposição para ouvir, aprender, registrar e difundir as experiências das famílias camponesas do semiárido baiano, sua organização social e estratégias de enfrentamento às secas, materializa-se, assim, a prática freireana da extensão como ação dialógica e emancipadora.

O ato de narrar possibilita o compartilhamento de experiências individuais e coletivas, colaborando para a transmissão de saberes e valores das comunidades. Cada narrativa registrada revela a vivência do cotidiano rural, as estratégias de resistência diante da seca e a resiliência que permitem às famílias a manutenção de suas práticas, fortalecendo seus territórios. Nesse sentido, a extensão deixa de ser mero instrumento de transmissão de saberes para se constituir como uma prática de valorização da experiência, da oralidade e da vivência local, fortalecendo a produção coletiva de conhecimento e o protagonismo comunitário.

Assim, o artigo está estruturado em quatro seções centrais. A primeira seção dedica-se à apresentação da fundamentação teórica que orienta o estudo; a segunda explicita a metodologia adotada; a terceira contempla a exposição e análise dos resultados, discutidos a partir das narrativas coletadas; e, por fim, a quarta seção reúne as considerações finais, ressaltando as principais contribuições e reflexões decorrentes do estudo.

METODOLOGIA

Este estudo adotou a perspectiva da pesquisa participante, compreendida não apenas como um conjunto de procedimentos técnicos, mas como um processo dialógico de construção coletiva do conhecimento (Brandão, 2006). Parte-se do pressuposto de que o saber se constrói na relação entre ação e reflexão, mediada pelo diálogo permanente com os sujeitos envolvidos.

Participaram do estudo 12 pessoas, todas lavradoras e agricultoras residentes em diferentes municípios do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe. Os colaboradores possuem idades entre 20 e 80 anos, sendo 4 mulheres e 8 homens, distribuídos entre os

municípios de Pintadas, Capela do Alto Alegre, Ipirá e Serra Preta. Para preservar sua identidade, os relatos foram identificados no texto por meio de códigos alfanuméricos (C1 a C12). Esse procedimento metodológico possibilita, simultaneamente, o reconhecimento das especificidades de cada narrativa e a preservação do anonimato dos participantes.

No desenvolvimento do plano de extensão, tal abordagem se concretizou por meio da realização de entrevistas e rodas de conversa, metodologias que, além de permitir a coleta de informações, configuraram-se como espaços de produção de memória, identidade e pertencimento comunitário. A vinculação pessoal das pesquisadoras com o Território de Identidade da Bacia do Jacuípe — por ser este o local de nascimento e de desenvolvimento da ação de extensão — favoreceu a construção de relações de confiança com as famílias participantes, contribuindo para a produção de relatos mais detalhados e densos.

Ademais, as ações de extensão realizadas se alinham à perspectiva freireana de educação dialógica. Para Freire (1984, p. 39):

Um excelente trabalho, numa área popular, sobretudo camponesa, que poderia ser desenvolvido por bibliotecárias, documentalistas, educadoras, historiadoras seria, por exemplo, o do levantamento da história da área através de entrevistas gravadas, em que as mais velhas e os mais velhos habitantes da área, como testemunhos presentes, fossem fixando os momentos fundamentais da sua história comum.

Tal fundamento orientou a metodologia ao reforçar a importância de registrar as narrativas locais como forma de valorizar experiências individuais e coletivas. Além disso, o projeto considerou a relevância da oralidade na transmissão do conhecimento, como Freire (1982, p. 20-21) indica: “É possível que em certas áreas rurais, em função do maior nível de oralidade, os grupos populares prefiram ouvir as histórias de seus companheiros da mesma zona em lugar de lê-las”. Assim, as estratégias de registro e compartilhamento foram adaptadas à cultura local, priorizando o diálogo, a escuta e a troca de experiências.

Por outro lado, a memória e o ato de narrar também foram elementos centrais para a metodologia. Segundo Bosi (1987), a memória não é um simples repositório de fatos, mas um processo vivo, construído no diálogo entre o indivíduo e seu contexto social.

Dessa forma, a metodologia adotada neste estudo integra teoria e prática, privilegiando a construção coletiva do conhecimento, a valorização da oralidade e a documentação das narrativas como formas de fortalecer a memória e a identidade das comunidades camponesas do semiárido baiano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: EXTENSÃO DIALÓGICA E MEMÓRIA COLETIVA

Considera-se que o saber é produzido a partir da interação constante entre ação e reflexão, mediada pelo diálogo com os sujeitos envolvidos. Dessa forma, os participantes de uma ação extensionista são coautores do conhecimento, contribuindo para a construção de experiências socialmente significativas, em que o aprendizado ocorre de forma mútua (Freire, 1982). No contexto do semiárido baiano, essa abordagem possibilita que os agricultores, camponeses e demais membros da comunidade compartilhem suas práticas cotidianas, estratégias de resistência à seca e suas memórias, enriquecendo o processo de produção de conhecimento acadêmico e comunitário.

Além disso, Freire (1983) enfatiza a importância da oralidade como forma legítima de circulação do conhecimento, especialmente em contextos rurais. Ele observa que, em muitas comunidades, os grupos populares podem preferir ouvir histórias de seus companheiros a lê-las, ressaltando a necessidade de adaptar estratégias de registro e difusão à cultura local. Assim, a oralidade torna-se um recurso metodológico essencial, que fortalece a participação comunitária e garante que saberes tradicionais, muitas vezes transmitidos de geração em geração, não se percam.

Nesse ponto, é importante destacar a contribuição de Santos (2012), ao analisar a forma como o semiárido brasileiro foi historicamente construído sob discursos de fatalidade e determinismo geográfico, os quais reforçaram a ideia de que a região estaria condenada à miséria e à estagnação. Essa visão legitimou políticas assistencialistas e a lógica do “combate à seca”, que, ao invés de enfrentar as causas estruturais das desigualdades, reforçam a dependência e a invisibilidade social dos sujeitos do semiárido.

A autora ressalta, contudo, que movimentos sociais organizados e práticas de convivência vêm tensionando essa representação, propondo um novo paradigma que rompe com o determinismo naturalizado. Nesse horizonte, o semiárido deixa de ser interpretado como problema e passa a ser compreendido como território de resistência e de potencialidades, onde saberes locais, práticas sustentáveis e organizações coletivas se consolidam como instrumentos de transformação.

Para Santos (2012), a proposta da convivência com a seca não é apenas uma estratégia técnica, mas também um movimento político e cultural que busca resgatar a dignidade de populações historicamente silenciadas. Trata-se de uma perspectiva holística, que considera a região em sua totalidade — natural, social, cultural e histórica — e valoriza o protagonismo das comunidades em construir alternativas de vida viáveis e sustentáveis. Essa abordagem dialoga diretamente com a metodologia participativa e com a pedagogia freireana, pois reconhece a legitimidade dos saberes locais e propõe sua articulação com políticas públicas e processos educativos contextualizados.

A dimensão da memória coletiva também é central para compreender a experiência social das comunidades. Halbwachs (2006) argumenta que a memória não se limita a um repositório individual de lembranças, mas é um fenômeno construído socialmente, que organiza experiências comuns e consolida o sentimento de pertencimento a um grupo. Nesse sentido, as narrativas coletivas não apenas preservam eventos do passado, mas também estruturam identidades e fortalecem vínculos comunitários.

Bosi (1987) contribui para essa perspectiva ao destacar que a memória se torna viva quando compartilhada, permitindo que experiências individuais sejam sistematizadas em histórias coletivas, funcionando como instrumentos de transmissão cultural e educativa. As rodas de conversa realizadas no Território da Bacia do Jacuípe ilustram essa dinâmica, ao proporcionar momentos de rememoração coletiva, em que cada relato individual se integra a uma narrativa comunitária, fortalecendo os laços sociais e preservando a história local.

O ato de narrar, conforme Walter Benjamin (1994), é uma dimensão intrínseca ao desenvolvimento humano e à transmissão de experiências. Ao narrar, os indivíduos transformam acontecimentos particulares em conhecimento compartilhável, conferindo-lhes durabilidade e relevância histórica. Kramer (2000), com base nos estudos de Benjamin (1994), aponta que a narrativa permite que a ação seja contada a outro, tornando-se coletiva e infinita, ultrapassando o tempo vivido e transformando-se em experiência compartilhada.

Dessa forma, ao articular as contribuições de Brandão (2006), Freire (1983), Santos (2012), Halbwachs (2006), Bosi (1987), Benjamin (1994) e Kramer (2000), evidencia-se que o trabalho com narrativas, memória e convivência com o semiárido é um instrumento de transformação social. Primeiramente, integra saberes acadêmicos e comunitários, valorizando experiências locais como fontes legítimas de conhecimento. Além disso, fortalece identidades coletivas, ao permitir que os sujeitos reconheçam suas histórias e memórias como elementos

constitutivos de sua cultura. Por fim, promove práticas educativas emancipadoras e contextualizadas, capazes de articular teoria e experiência, respeitando e potencializando a vivência local. No contexto do semiárido baiano, essa abordagem revela-se estratégica não apenas para compreender a vida das comunidades rurais, mas também para criar ações de extensão que respeitem a cultura e fortaleçam a memória coletiva.

MEMÓRIA, SECAS E RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO

Para analisar os dados coletados nas entrevistas e rodas de conversa, foram definidas categorias temáticas que orientaram a discussão das experiências das famílias do Território da Bacia do Jacuípe. As categorias selecionadas foram: a) Memória, Secas e Resistência no Semiárido; b) abandono rural e adaptação comunitária; c) O Ato de Narrar e a Preservação da Memória Coletiva. Sendo assim, a análise a seguir será estruturada a partir dessas categorias, permitindo compreender de forma organizada as narrativas, estratégias de resistência, experiências individuais e coletivas, bem como o papel das comunidades frente às adversidades do semiárido baiano.

Ao conhecer as práticas realizadas no território de identidade Bacia do Jacuípe, percebe-se que suas estruturas sociais e econômicas estão intrinsecamente ligadas às atividades desses camponeses, lavradores, agricultores e leiteiros, que constituem a base da produção e do desenvolvimento regional. Evidencia-se a importância das atividades laborais dessas famílias para o equilíbrio socioeconômico da região.

Portanto, para compreender o impacto recorrente desses eventos, é necessário revisitar o passado e recordar o quanto essas famílias sofreram e ainda sofrem durante esses momentos críticos, que comprometem diretamente o desenvolvimento social, econômico e cultural local.

Com base nisso, as narrativas coletadas nas entrevistas indicam que os episódios de estiagem mais críticos ocorreram em 1976, 1981, 1983, 1986, 1993, 1994, 2003, 2012 e 2013, afetando intensamente a produção agrícola e leiteira da região, assim como a vegetação e o rebanho. Essa memória coletiva da seca aparece de forma marcante no relato dos moradores. Como destacou um entrevistado:

Eu gosto de viver no semiárido, tenho 63 anos, cresci aqui... todo 10 anos tem seca... mas agora todo ano tem aperto... Para não morrer de fome o gado dava palma... mandacaru... Em 1993 as águas acabaram e tivemos que cavar uma cacimba... o olho de cana vinha do Recôncavo baiano além da batata de

sisal... palma e mandacaru... para o gado não morrer de fome... Em 1983 também foi o mesmo sistema... Em 1994... 2003 também foi assim... só que na de 2003 morreu muito gado (Relato do C2, Pintadas-BA).

Esse depoimento mostra que as estiagens não se limitam a datas em um calendário, mas representam verdadeiros momentos de ruptura na vida cotidiana, em que a escassez de água e alimento exigiu estratégias de sobrevivência coletiva e deixou marcas profundas na memória dos sertanejos. As consequências atingiram diretamente a rotina das famílias, cuja subsistência depende do cultivo da terra e da criação de animais. Mais recentemente, as secas de 2023 e 2024 evidenciaram que essa vulnerabilidade permanece, reforçando a urgência de estratégias adaptativas e de resistência construídas pelas próprias comunidades.

Ainda, esses períodos de seca não apenas destacam a vulnerabilidade social, mas também revelam a dimensão devastadora de tais fenômenos. Considerando que muitas famílias dependem de pequenas propriedades e de um número limitado de animais para sua sobrevivência, a perda da vegetação compromete a alimentação do rebanho, forçando essas famílias a utilizar seus recursos financeiros escassos para comprar alimentos aos animais, na esperança de que eles continuem produzindo e garantindo a subsistência familiar.

Logo, a análise dos relatos permite refletir sobre questões estruturais: por que essas famílias ainda não recebem apoio suficiente? Por que, mesmo com tecnologias já disponíveis, o semiárido baiano continua sofrendo com a recorrência das secas, levando à perda de terras, plantações, animais e, muitas vezes, à fome? Assim, evidencia-se a necessidade de aprimorar técnicas de enfrentamento à seca, garantindo que as pessoas e suas práticas laborais possam se desenvolver com dignidade e segurança.

O registro das narrativas das famílias camponesas revela-se fundamental como mecanismo de denúncia da insuficiência das políticas públicas no semiárido baiano. A recorrência das secas, que se repetem anualmente, contrasta com a morosidade da ação governamental, que raramente chega em tempo hábil para atender às necessidades da população. Essa lacuna é evidenciada nos relatos colhidos durante a ação extensionista: “Teve um programa de receber milho na cerca de 2023... o milho foi chegar... já tinha chovido em 2024... Se fosse depender de um milho... para a vaca não morrer de fome... para o bicho não morrer de fome... todo mundo... rebanho todo tinha morrido.” (Relato C1, Pintadas-Bahia).

Esses testemunhos ilustram não apenas a demora das políticas públicas, mas também a sensação de abandono vivida pelos sujeitos do semiárido. Contudo, essas memórias

transcendem a denúncia da precariedade estatal e se articulam com um novo paradigma discursivo promovido pelos movimentos sociais da região: O Programa da Convivência com o Semiárido, conforme descrito por Santos (2012, p. 14), valoriza o conhecimento local e as práticas tradicionais de manejo da terra, buscando uma integração entre os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais da região. O programa dialoga com as experiências das famílias camponesas, evidenciando a importância de intervenções que considerem a realidade local, promovam a autonomia comunitária e fortaleçam a resiliência frente às adversidades climáticas. Assim, a narrativa local e a formulação teórica convergem na ressignificação do semiárido como espaço de possibilidades, e não apenas de carências.

Os relatos coletados dialogam também com a literatura, em especial a obra *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, que, enquanto narrativa ficcional, oferece uma representação crítica da experiência de uma família sertaneja assolada pela miséria decorrente da estiagem. Em determinado trecho, Ramos descreve: “A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos ao redor de bichos moribundos” (Ramos, 1938). A análise desta passagem evidencia como a obra literária constrói imagens sensíveis da realidade social e ambiental, permitindo uma reflexão crítica sobre as condições vividas pelas populações rurais.

Quando confrontados com os relatos empíricos dos participantes, observa-se que, embora se trate de experiências reais, há similaridades com a representação literária, especialmente no que se refere à percepção da seca e da vulnerabilidade social. Essa aproximação entre literatura e depoimentos evidencia as representações e narrativas sobre os desafios enfrentados pelas comunidades do semiárido.

Nesse sentido, o registro e a difusão das narrativas relativas às secas vivenciadas por essas comunidades configuram igualmente um ato político, ao conferir visibilidade às dificuldades enfrentadas de forma isolada, com suporte restrito às redes de solidariedade locais. Uma vez que, segundo Bosi (1987), a memória constitui um ato político. Logo, recordar as secas e suas mazelas, bem como a falta de amparo governamental, faz com que a memória, para além de um ato político, se torne também um meio de cobrança por melhorias no semiárido. Afirmam-se a necessidade de políticas públicas eficazes e contínuas, bem como a importância de intervenções extensionistas sensíveis às vivências locais.

O CAMPO E A ADAPTAÇÃO COMUNITÁRIA

Durante os relatos, a saída do campo pelos jovens que nasceram e cresceram na região foi um ponto em comum: os jovens, normalmente, não permanecem no semiárido e são direcionados a trocar a zona rural pelo chamado “trecho”, que consiste na mudança de residência para trabalhar em grandes indústrias nas regiões Sul e Sudeste, em busca de melhores condições de desenvolvimento econômico e social. Esse movimento não se dá apenas por uma questão de oportunidade, mas também pela percepção, compartilhada por muitos, de que o semiárido oferece poucas perspectivas de futuro.

Contudo, como lembra Caldart (2012), a concepção de campo não pode ser reduzida a um espaço marcado pela carência ou pela inviabilidade. Trata-se de um território social, cultural e político, constituído por sujeitos coletivos, que travam lutas pela terra, pela soberania alimentar, pela educação e por direitos sociais. O abandono do semiárido por jovens, portanto, não é resultado apenas das limitações naturais, mas também de uma disputa de projetos societários: de um lado, a lógica do capital, que reforça a imagem do campo como espaço sem futuro; de outro, a perspectiva da agricultura camponesa e da Educação do Campo, que reconhece no campo um lugar de resistência e de possibilidades de vida digna.

Marschner (2011) reforça essa compreensão ao apontar que o rural, historicamente subalternizado, precisa ser ressignificado como “campo”, entendido não apenas como espaço produtivo, mas como espaço pedagógico e emancipatório. Desse modo, a percepção de inviabilidade do semiárido que leva os jovens à migração revela, mais do que um destino natural, a permanência de um imaginário social que hierarquiza cidade e campo. Contrapondo-se a isso, os movimentos sociais e as práticas educativas buscam afirmar o campo como território de futuro, no qual a permanência das novas gerações depende do reconhecimento de seus direitos e do fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

Além disso, os relatos indicam que a continuidade do trabalho familiar, desenvolvido por avós, pais e tios, tem perdido valor para as novas gerações. Atividades como o cuidado com o gado, o plantio e a manutenção da horta vêm sendo gradualmente abandonadas, à medida que os jovens buscam empregos em indústrias localizadas em outras regiões, atraídos pela promessa de remuneração relativamente maior e melhores condições de vida. Como ressalta um dos participantes: “Eu vejo a cada dia que passa... os jovens daqui da região estão se afastando mais da zona rural... devido às dificuldades que enfrentam... Muitos estão saindo para outras

cidades... cidades grandes... à procura de trabalho...” (Relato de C4, Capela do Alto Alegre – Bahia). Essa realidade evidencia as consequências diretas da escassez de investimentos e da ausência de políticas de incentivo à permanência no semiárido.

Como destacou uma colaboradora: “Essa falta de apoio e a ausência de uma visão do semiárido para além da seca demonstram que, se houvesse investimento, esse semiárido poderia se desenvolver.” (Relato C1, Pintadas-Bahia). Ao perceberem que a região é marcada pela seca e pela escassez de políticas públicas que promovam qualidade de vida, muitos jovens acabam se afastando de suas raízes, migrando para outras regiões em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho. Esse êxodo compromete a continuidade do trabalho familiar, a transmissão de saberes locais e a preservação das práticas tradicionais de agricultura e criação de animais. Apesar do vínculo afetivo e cultural que mantêm com o território e do desejo de um dia retornar, a realidade dificulta devido à falta de oportunidades locais, reforçando a necessidade de investimentos consistentes em infraestrutura, educação e políticas de convivência com o semiárido, capazes de fortalecer a permanência das novas gerações e a resiliência das comunidades.

A ausência de oportunidades para estudar, trabalhar e se desenvolver localmente não afeta apenas os jovens individualmente, mas tem repercussões profundas para toda a comunidade. Esse êxodo é um reflexo dos desafios estruturais enfrentados pelos municípios do semiárido: a falta de planejamento adequado e a escassez de políticas públicas consistentes impactam diretamente a vida de todas as famílias, tornando difícil a implementação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento local.

Esses desafios se manifestam de maneiras diferentes conforme as características de cada município. A presença de reservatórios, poços artesianos e solos férteis, ainda que limitados, influencia como as famílias organizam suas atividades, acessam a água e armazenam recursos. Cada comunidade desenvolve estratégias próprias de convivência, adaptando-se às condições locais. Como destacou um jovem entrevistado: A gente... para lidar com a seca... tenta inovar com as tecnologias... principalmente nós jovens... com plantio de palma... criação desses cochos para alimentar o gado separando a ração... a gente buscando melhorar né... (Relato do C6, Ipirá-BA).

Essa fala evidencia que, embora as dificuldades sejam comuns a todo o semiárido, as respostas precisam ser construídas de forma contextualizada e sensível à realidade de cada município. O período das chuvas, conhecido pelas comunidades como o “tempo bom”, deveria

ser aproveitado estrategicamente para armazenar recursos e preparar as famílias para os períodos críticos de estiagem. Na prática, porém, parte desses recursos precisa ser direcionada para quitar dívidas acumuladas durante os longos períodos secos. Esse ciclo contínuo força a comunidade a conciliar a sobrevivência imediata com o planejamento de estratégias futuras, o que nem sempre é possível diante da iminência da próxima seca.

Apesar dessas dificuldades, os relatos indicam que conviver com a seca tornou-se mais viável graças às tecnologias e ao conhecimento desenvolvido ao longo do tempo. Como observa outro participante:

A questão dos plantios de palmas... capim de corte... que é uma ração bastante usada aqui na nossa região... e a escavação de poços artesianos facilitam bastante a irrigação... ajudando na gestão da água e na produção alimentar durante os períodos de estiagem (Relato do C4, Capela do Alto Alegre-BA).

Essas inovações mostram como a combinação de saberes tradicionais e tecnologias adaptadas contribui para aumentar a resiliência das comunidades frente à seca. Outro ponto destacado por um participante é que, para além da insuficiência das políticas públicas existentes, aquelas implementadas não têm alcançado os resultados esperados. Segundo ele, seria necessário um novo paradigma de políticas públicas para a região, capaz de atender de forma mais efetiva às demandas locais.

O local onde nós estamos é atingido pela seca... a gente podia dizer pela catástrofe e pela questão da mudança climática... Nós somos uma área que somos os primeiros a serem atingidos e os últimos a serem reconhecidos... que aqui existe uma catástrofe... que existe uma seca, e com isso também temos dificuldade de que olhem para a gente... não com um olhar de piedade... mas sim de regeneração... de melhoria. (Relato C3, Pintadas -BA).

A participante enfatiza ainda a necessidade de políticas diferenciadas, adaptadas às mudanças recentes no clima e na disponibilidade de água:

Então... teria que ter outras políticas públicas mais diferenciadas... Vou dar um exemplo das cisternas... das barragens... até o ano de 2000... os nossos barramentos e nossas águas eram suficientes... De 2000 para cá... não é mais suficiente, porque aumentou a temperatura... aumentou a transpiração e também aumentou a irregularidade das chuvas... Temos muita concentração e longos períodos sem chuva.

Esses relatos evidenciam que, para além da implementação de medidas estruturais, é fundamental repensar as políticas públicas da região de forma contextualizada, considerando os efeitos da mudança climática e as especificidades locais. Evidencia-se que os desafios

enfrentados não decorrem apenas da seca, mas também das limitações estruturais, das políticas públicas insuficientes, das características locais e da diminuição da participação dos jovens. Ao mesmo tempo, essas dificuldades reforçam a importância de valorizar os saberes e estratégias locais, pois é a partir dessas experiências que as famílias desenvolvem formas de resistência e adaptação, garantindo a continuidade de sua cultura, memória e práticas produtivas mesmo diante das adversidades do semiárido.

Além disso, é necessário refletir sobre como as mulheres de Pintadas, ao longo do tempo, construíram trajetórias marcadas pela resiliência, adaptando-se às condições desafiadoras do semiárido e desempenhando papéis centrais na vida social, política e comunitária do município. A atuação do grupo revela não apenas força individual, mas também o protagonismo coletivo na preservação e transformação das práticas e valores comunitários. Localizado no Território da Bacia do Jacuípe, Pintadas conta com pouco mais de 10 mil habitantes e enfrenta longos períodos de seca, situação que intensifica as dificuldades vividas pelas famílias rurais e exige adaptação constante.

Diante desse contexto, muitas mulheres assumiram a liderança familiar e comunitária, cuidando dos filhos, da roça e da vida coletiva. Essa responsabilidade, somada à ausência histórica de políticas públicas eficazes para a região, incentivou seu engajamento em associações, cooperativas e movimentos sociais. Como ressalta a autora Santos (2021):

Neste contexto de tantas adversidades, os movimentos sociais e populares, as comunidades eclesiais de base, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e os movimentos de mulheres vêm funcionando como espaços da luta política e da auto-organização, onde é possível experimentar novas relações de poder e construção coletiva, mas também de reivindicação de pautas políticas, identitárias e do conjunto da sociedade. (Santos, 2021, p.2)

Por meio dessas iniciativas, as mulheres buscam não apenas melhorias na infraestrutura e no acesso a recursos, mas também soluções criativas para os impactos da seca, como a escassez de água e de alimentos, além da geração de oportunidades de trabalho e renda.

As histórias dessas mulheres revelam uma capacidade notável de organização e mobilização coletiva. Através de rodas de conversa e relatos de vida, evidencia-se como a experiência cotidiana e os desafios impostos pelo semiárido impulsionaram a construção de estratégias comunitárias para enfrentar adversidades. Registrar essas narrativas é fundamental para o compartilhamento das experiências relacionadas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental da região.

O ATO DE NARRAR E A MEMÓRIA COLETIVA

Para além do caráter de denúncia das mazelas impostas pela omissão do poder público, observa-se que as narrativas carregam experiências e memórias de cada sujeito participante. Ao serem compartilhadas em rodas de conversa, no encontro com outros membros da comunidade, essas narrativas possibilitam a lembrança de outras memórias e relatos sobre o mesmo período de seca, criando uma construção coletiva do passado. Cada depoimento dialoga com as experiências dos demais participantes, permitindo que lembranças pessoais se integrem a uma narrativa comum, fortalecendo a memória coletiva e consolidando o sentimento de pertencimento à comunidade.

O ato de narrar, conforme assinala Benjamin (1994), cumpre a função de transmitir experiências que se constituem tanto a partir de vivências pessoais quanto de construções coletivas. O autor reflete sobre o enfraquecimento da tradição oral e observa que, na modernidade, a transmissão de experiências pela narrativa encontra-se em processo de desaparecimento. Considerando os efeitos da globalização e o avanço das tecnologias, observa-se que a prática de narrar tem se tornado cada vez mais rara na sociedade. Como afirma Benjamin: “[...] É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente” (Benjamin, 1994, p. 197).

Esse apontamento não se restringe a uma constatação literária, mas denuncia as transformações sociais que fragilizam a oralidade e, conseqüentemente, a memória coletiva. No contexto deste estudo, a reflexão de Benjamin suscita um questionamento central: se não há mais narrativas, se o diálogo é progressivamente silenciado e se as histórias deixam de ser transmitidas, de que forma as gerações futuras terão acesso ao conhecimento sobre o passado? Além disso, quando o ato de narrar se extingue gradualmente da vida social, perde-se não apenas o registro dos acontecimentos, mas também a possibilidade de construir memórias coletivas e de transmitir às novas gerações as experiências dos antepassados — o que reforça a relevância de práticas como entrevistas e rodas de conversa para o conhecimento da história camponesa no semiárido.

Dessa forma, o plano de trabalho contribui para a realização de momentos coletivos de narrar, entendidos como o momento em que indivíduos se reúnem em rodas de conversa para compartilhar experiências vividas. Ao promover e organizar esses encontros entre os

membros das comunidades, busca-se registrar suas histórias, valorizando o diálogo, a escuta e a rememoração das vivências individuais e coletivas. Dessa maneira, colabora-se para que essas memórias sejam registradas e compartilhadas por meio de ações educativas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a importância de problematizar a forma como o sertão nordestino, em especial o semiárido baiano, é historicamente representado. A narrativa dominante tende a reduzi-lo à seca, à escassez e às dificuldades, ignorando sua complexidade social, cultural e política. Todavia, o semiárido deve ser compreendido como espaço de resistência, manifestada tanto na capacidade de adaptação das comunidades frente às adversidades climáticas quanto na persistência diante da ausência e ineficiência de políticas públicas. Além disso, impõe-se o enfrentamento de estigmas sociais que associam a população local à preguiça ou à dependência de auxílios governamentais, reproduzindo visões reducionistas e discriminatórias. Assim, compreender o semiárido exige superar estereótipos e reconhecer a agência social de seus sujeitos, valorizando suas estratégias de sobrevivência e de reivindicação por direitos.

Nesse horizonte, observa-se que o semiárido já não pode ser entendido apenas pela ótica da carência ou da dependência, mas como território em disputa de narrativas e projetos de futuro. As práticas comunitárias analisadas confirmam a existência de um processo de ressignificação, que rompe com o discurso de fatalidade historicamente imposto e revela o potencial transformador dos saberes locais, sobretudo quando articulados a políticas públicas consistentes. Ainda que persistam limitações estruturais, as experiências de convivência apontam caminhos para consolidar alternativas sustentáveis e inclusivas.

O presente estudo evidencia que a convivência com o semiárido não é mera abstração teórica, é uma prática concreta que emerge das vivências cotidianas, da memória coletiva e das iniciativas de resistência que se multiplicam na região. Reconhecer esse movimento significa também valorizar o protagonismo das populações locais, cuja capacidade de reinventar modos de vida desafia visões estigmatizadas e reafirma o semiárido como território de dignidade, luta e possibilidades. Assim, o Semiárido resiste: pela memória, pela terra, pela água e pela organização comunitária. O mandacaru que resiste à aridez se transforma, simbolicamente, no sujeito coletivo que recusa ser definido pela escassez, e afirma-se pela potência de seu território. Como afirma a autora, trata-se da construção de um “lugar possível”, que “deixa de ser

representado apenas como espaço de pobreza, seca e atraso” para ser lido como campo de invenção social e de esperança (Santos, 2012, p. 98).

Por fim, o presente estudo evidencia a relevância da extensão universitária na criação de vínculos significativos com as comunidades externas. Ao reunir, escutar, registrar e compartilhar narrativas, contribui-se para o fortalecimento das relações entre a universidade e o meio social. Além disso, cumpre-se o papel da Universidade como colaboradora da sociedade ao produzir materiais educativos que são devolvidos às comunidades, possibilitando sua utilização em práticas de educação dialógica, contextualizadas às realidades locais, com o objetivo de promover uma perspectiva educacional inclusiva e intercultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*:

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**: memória e sociedade. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação na pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO, Carlos Henrique; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa Participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias & Letras, 2006, p. 17-54.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 260-266.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 6 ed. São Paulo: autores associados, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARSCHNER, Walter. Lutando e ressignificando o rural em campo: notas epistemológicas. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2011.

SANTOS, Lourivânia Soares. **Desconstruindo a aridez**: dizeres e práticas da convivência com o semiárido na ressignificação do território. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em

Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Lourivânia Soares. Mulheres e resiliência: tecendo redes solidárias no semiárido. *In: Anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. **Divisão Territorial da Bahia.** Disponível em: <https://www.ba.gov.br/cultura/314/divisao-territorial-da-bahia>. Acesso em: 15 de out. de 2025.

Artigo recebido em novembro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.